



ATA Nº 3/2018

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e dezoito, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respetivamente Primeiro e Segunda Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Luis Filipe Santana Dias, João António Lopes Cando, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Miguel Filipe da Silva Santos e João Teodoro Miguel. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados Municipais João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, António Manuel da Silva Moreira, Susana Carla Alves Franco, Liliana Marques Alonso e ainda dos Presidentes de Junta de Freguesia de Rio Maior, da Junta de Freguesia de Fráguas e da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e vinte e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum (28 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 2/2018 referente à sessão ordinária de 28 de abril. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 2/2018 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 22 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão os Deputados Municipais Luis Fernando Henriques dos Santos, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Filipa Isabel Santos Ramos Campos, Jorge Henrique Marcelino Paiva,



Paulo Manuel dos Santos Colaço e o Secretário da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz (28 presenças). -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Abriu as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal no período antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputada Filipa Isabel Santos Ramos Campos -----

----- Deputada Anabela Costa Azenha -----

----- Deputado Paulo Manuel dos Santos Colaço -----

----- Deputado Tiago Filipe Francisco Santos -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro -----

----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Filipa Isabel Santos Ramos Campos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Disse que teve conhecimento que foi apresentado um abaixo-assinado pelos residentes da Freguesia de Asseiceira acerca do saneamento básico, e, em face disso, solicitou informação acerca da calendarização das obras e se as mesmas estão prescritas. -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir a um episódio que teve lugar no centro escolar da Mina do Espadanal, com uma senhora integrada num programa ocupacional e que agrediu fisicamente algumas crianças com bastante violência, sendo suspensa de imediato. Solicitou que, já que é a câmara que envia as pessoas para realizarem este tipo de programa, lhe pudesse ser informado quais são os critérios aplicados para aferir da capacidade física e mental das pessoas que ocupam estes lugares, já que, em seu



entender deveria até ser exigido, a quem trabalha com crianças, o certificado do registo criminal porque hoje em dia os riscos são reais e estão por todo o lado. -----

----- Ainda por falar em integridade física das pessoas, alertou para a dimensão dos arbustos nas proximidades das passadeiras e que, não sendo retirados, mais tarde ou mais cedo irão originar um acidente grave já que maior parte deles, do tamanho de crianças, impossibilitam a visualização dos peões. -----

----- **Deputado Paulo Manuel dos Santos Colaço** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Solicitou que lhe fosse dado resposta por escrito às seguintes questões: quando é que se iniciam as obras da requalificação do troço da EN114 entre o restaurante Gato Preto e o Nó da A15; qual o destino dado às águas desperdiçadas no depósito junto ao centro de saúde, para onde vão e que quantidade se desperdiça por dia; o que é que se está a fazer e o que se projeta fazer pela segurança rodoviária dentro da cidade em face do número de atropelamentos em passadeiras que se tem verificado, propondo, desde logo, a colocação de sinalização das passadeiras horizontais, como por exemplo olhos de gato, sinais verticais e luminosos, e também uma melhor iluminação branca para que condutores possam ver os peões a uma maior distância. Questionou ainda informação acerca da colocação dos números de polícia, se está concluída na freguesia de Rio Maior porque, pelo que se apercebeu ainda não estará completa, nomeadamente no Lobo Morto, no Vale da Laranja e outros locais e também para quando é que as freguesias terão as prometidas ciclovias e as vias pedonais iniciadas, designadamente a ligação da Asseiceira a Vale de Óbidos, à Azinheira e a outros lugares que completam o percurso do perímetro urbano e rural. -----

----- **Deputado Tiago Filipe Francisco Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à Semana da Juventude e a algumas das atividades que mais destaque tiveram como por exemplo a Kids Color Fun e a Neon Run que excederam todas as expectativas e resultaram muito bem, envolvendo grande número de participantes, o que, em seu entender, é de louvar. Considera que mais uma vez sai reforçado o sucesso que esta atividade tem perante o público mais jovem e menos jovem no concelho de Rio Maior e destacou ainda a participação e a envolvimento das escolas e do Centro de Educação Especial o “O Ninho”, revelando também a ideia de



que se pretende uma descentralização com a participação na freguesia de Alcobertas. Terminou dizendo que o que parece certo é que, não só o executivo municipal demonstra a vontade de afirmar aquilo que já tem sido feito, mas também faz novas apostas que têm vindo a superar as expectativas, reafirmando o que realmente se quer para Rio Maior. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que desde o início do mandato que a CDU deixou claro que que, por uma questão de organização, os esclarecimentos e informações solicitados fossem enviados por escrito o que só veio a acontecer em abril último, nas vésperas da sessão da Assembleia Municipal, e também agora, na semana que antecedeu a presente sessão. Considerou que o conteúdo das comunicações enviadas não pode ser entendido como respostas e sim como considerações e que de acordo com o estatuto da oposição incumbe à Câmara responder às questões que são colocadas pelos deputados e pelos presidentes de junta e não uma resposta que, embora em nome da Presidente, vem assinada por uma pessoa que não faz parte dos quadros da câmara. Voltou, por isso, a pedir que lhe possam ser dadas as informações e esclarecimentos solicitados, por escrito, que tem vindo a solicitar desde o início do mandato, como é exemplo o relatório da obra executada e a executar na Vila da Marmeleira/Assentiz e Arco da Memória referente à rede de águas. Acrescentou ainda que para além das respostas não estarem a ser dadas também não estão a ser cumpridos os prazos legais no cumprimento do estatuto da oposição. Disse ainda que ao solicitar dossiers dos assuntos, como seja o processo da Generis, foi com o intuito de agilizar e facilitar e que se a sua intenção fosse fazer uma consulta aos processos não solicitava as informações por escrito. Ainda em relação ao processo da Generis disse que a resposta que lhe é dada é que esta é uma questão entre particulares e que, querendo, a informação deve ser solicitada aos próprios, quando a própria Presidente adiantou informações, verbalmente, na última sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Relativamente a este assunto terminou solicitando que as atas sejam revistas e que as questões colocadas pela CDU possam ser respondidas por escrito e dentro dos prazos legais, no respeito integral pelo estatuto do direito da oposição porque só com uma oposição forte se pode construir um Rio Maior melhor. -----

----- Referindo-se depois à Semana da Juventude, deu os parabéns a todos aqueles que nela trabalharam mas chamou à atenção que ainda é insuficiente e não é o melhor



porque a verdade é que, em boa parte das atividades, é a cidade que intervém não são os meios rurais e de facto é preciso trazer os jovens que se perpetuam a estar nos cafés dos grandes centros urbanos para o meio rural e a conhecer o concelho de Rio Maior que é enorme e lindíssimo. Afirmou que é preciso maior divulgação pelas localidades rurais para que os jovens participem promovendo a inserção social e a existência de projeto, chamando à atenção para o valor inscrito no orçamento, no qual a CDU votou contra, para a cultura é de dois milhões. -----

----- Solicitou de seguida que lhe pudesse ser informado quais são os projetos e as ideias que o executivo municipal tem inseridas nas candidaturas do Portugal 2020, individualmente ou em parceria com a CIMLT, e se já existem outros projetos para o Portugal 2030. -----

----- Referiu-se ainda à questão do fim do autocarro das 16 horas para as crianças dos agrupamentos escolares dizendo que é uma situação recorrente, que já foi explicada, acrescentando que considera não ter que se pagar à Rodoviária do Tejo e sim encontrar meios para dar satisfação às populações, afirmando que nem que seja uma única criança, sendo o horário obrigatório até aquela hora, tem que haver transporte. Solicitou informação acerca da situação já que é do seu conhecimento que está a correr um abaixo-assinado e que foram realizadas reuniões. -----

----- Relativamente à questão dos fogos e da prevenção solicitou um ponto de situação para conseguir ter uma noção do que se passa, chamando à atenção para o facto de que com a continuidade das chuvas poderá haver várias derrocadas de casas que se encontram em péssimo estado, podendo provocar acidentes graves. -----

----- Para finalizar referiu-se a um problema antigo com os choupos na Vila da Marmeleira, informando que o proprietário finalmente cortou os mesmos sem ser necessário o recurso aos tribunais e que continuarão a tentar que nos restantes locais onde existem, nomeadamente em São João da Ribeira, os mesmos sejam também cortados para controle das alergias provocadas por estas árvores. -----

----- **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por agradecer as informações que lhe foram enviadas chamando à atenção ao Presidente da Assembleia que possa informar o Executivo que não lhe parece que os prazos legais estejam a ser cumpridos, já que uma questão que é feita no dia 28 de abril foi respondida no dia 26 de junho, em vésperas da sessão da Assembleia Municipal impedindo que atempadamente as pudesse analisar e discutir. -----



----- Ainda acerca das informações solicitadas disse que nada lhe foi dito acerca da obra das águas na Vila da Marmeleira pelo que presume que a mesma não tenha sido, até agora, lançada já que tinha questionado qual era a empresa, o valor e a calendarização e até agora nada lhe foi informado. Referiu que gostaria de saber essas informações porque julga que a obra já esteja adjudicada. -----

----- Acerca da semana da juventude endereçou os parabéns à Câmara e fez um pequeno reparo acerca das datas de realização do evento dizendo que esta é coincidente com a época de exames, o que cria alguns constrangimentos para a participação dos jovens e que se fosse possível conjugar a data de realização com o período de férias ou outro menos importante, seria vantajoso para todos. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Intervenção transcrita na íntegra a pedido do próprio ao abrigo do n.º 2 do artigo 67º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- “Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exm.ª Senhora Presidente da Câmara Municipal, Exm.º (s) Senhores Deputados e Público presente, um cumprimento especial aos senhores deputados que se encontram pela primeira vez nesta Assembleia, sejam bem-vindos. -----

----- Gostaria antes, preparei uma intervenção mas face ao que ouvi que diz respeito a uma dissertação sobre passadeiras verticais e sinalética, uma apresentação de um compêndio de alergologia em que venho a descobrir que a CDU olha para as árvores como fontes de doenças, o que dirão os seus parceiros de tantos e tantos anos do Partido Ecologista “Os Verdes”, passarei então ao que eu tinha preparado. -----

----- Julgo eu que, nesta presente Assembleia Municipal, é importante darmos conta e enaltecer a realização, no início deste mês de junho, de mais uma edição do Palhaçarte que, já na sua 4ª edição, constituiu, mais uma vez, um verdadeiro festival que reconhece a todas as crianças, e não só, o direito de brincar e sorrir! -----

----- Como todos tivemos oportunidade de presenciar, esta edição do Palhaçarte contou com novidades e renovado ímpeto contando também pela 2ª vez com o evento Street Food. -----

----- Apesar do tempo menos convidativo às atividades ao ar livre, os milhares de visitantes desta edição do Palhaçarte e Street Food atestam, e são o garante, do sucesso futuro para o desenvolvimento deste evento e eventos similares. -----



----- De realçar também a realização do 4º Mercadinho Romano. Este que, infelizmente, contou ainda menos com a colaboração do S. Pedro, associou lazer e cultura proporcionando o conhecimento de hábitos e costumes de outros tempos no muito cuidado programa e arranjo do espaço. -----

----- Congratulamo-nos ainda com estes eventos, com a adesão massiva do público e queremos manifestar o nosso apoio ao desenvolvimento dos mesmos potenciando-os para uma maior projeção de Rio Maior, não só na zona onde se insere mas também a nível nacional. -----

----- Finalmente, será importante não deixar de dar os parabéns a todos os funcionários da Câmara Municipal que colaboraram na idealização, decoração, instalação e manutenção dos espaços do jardim municipal tornando-o assim num espaço que nos surpreendeu, tornando-o assim num espaço mais aprazível durante a realização destes eventos. Disse.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que não obstante nada tenha contra a responder por escrito às questões colocadas considera que esse formato inviabiliza a discussão, o debate e o esclarecimento presencial dos assuntos pelo Executivo Municipal, dando, desde logo, o exemplo da informação solicitada por escrito acerca das candidaturas ao Portugal 2020 e das intenções futuras e enviado ao deputado que a solicitou e que se tivesse sido dada presencialmente todos teriam acesso a ela e ficado na posse da informação, embora tenha também, na altura, feito uma abordagem a todos aqueles que estão aprovados e candidatados na sessão da assembleia municipal em causa. -----

----- Agradeceu as referências às atividades promovidas pelo Município disse ter muita pena de não ter tido o privilégio de se cruzar com alguns dos membros da assembleia nas mesmas, quando em algumas delas marcam presença pessoas vindas de norte a sul do país, e estas só farão sentido se tiverem a participação de todos e em especial dos riomaiorenses e daqueles que os representam. -----

----- Relativamente ao prazo em que as repostas são enviadas disse que estas são enviadas na sequência da elaboração das atas da assembleia, que é quando são solicitadas as informações formalmente pelos serviços de apoio aos órgãos autárquicos.



Disse ainda que se alguma das questões não foi respondida ou não foi respondida convenientemente pediu que lhe façam chegar essa listagem das questões que estão por responder. Quanto ao facto de quem faz a comunicação não ser a própria, disse que quem o fez foi mandatado para o efeito e é perfeitamente legítimo. Referiu ainda que algumas das informações solicitadas podem estar no foro privado e formalmente só os implicados podem prestá-las com segurança, como é o caso do processo da Generis e até mesmo do projeto da EN 114, que neste momento está em fase de adjudicação do projeto de execução. Relativamente ao facto de ser sugerido que alguns dos processos sobre os quais solicitam informações possam se consultados, essa proposta é apenas no sentido de se prestar o melhor esclarecimento possível. -----

----- Acerca dos projetos ao Portugal 2020 informou que muitos estão candidatados, muitos estão a decorrer no âmbito da reprogramação, sobre os quais se aguarda se serão incluídos e reprogramados e acerca do Portugal 2030 informou que no momento o que existe é um conjunto de grandes opções estratégicas que está a ser acordado entre o Governo, as CCDR's, as CIM's e os municípios, portanto ainda não existe possibilidade de candidatar a esse programa nesta altura. -----

----- Solicitou que pudesse ser dada a palavra aos Vereadores da Câmara Municipal com as áreas para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Vereador Luis Filipe Santana Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Relativamente ao abaixo-assinado sobre o saneamento básico na Freguesia de Asseiceira informou que o mesmo foi rececionado na câmara municipal no dia 11 de maio e diz respeito essencialmente à extensão de saneamento na freguesia. Afirmou que infelizmente não é um caso único, e esta e outras freguesias têm algumas necessidades de rede de saneamento básico, umas que serão executáveis outras que não a menos que existam candidaturas para o efeito tal é o montante envolvido na sua obra e a extensão necessária devido à dispersão existente. Continuou dizendo que, não obstante, o município tem feito paulatinamente alguns acrescentos na rede de saneamento e informou ainda que este problema tem sido discutido com a freguesia, nomeadamente o problema da rua principal da Asseiceira, o antigo troço da EN 1, onde existem situações gravíssimas de esgotos que correm dentro de pluviais. Disse que a intenção é conseguir fazer esta obra num âmbito mais global e de maior monta, com a requalificação daquela rua, conseguindo-se, dessa forma, reformular toda a rede de esgotos. -----



----- No que se refere aos arbustos nos separadores disse que se trata de uma preocupação desta câmara e que os técnicos estavam já a trabalhar em soluções para que nos pontos mais complicados a situação possa ser regularizada e até levar-se essas alterações mais além no sentido de se garantir a segurança dos peões e dos condutores. Disse ainda que está a ser equacionada a colocação de grelhas de enrelvamento nos separadores centrais, à semelhança do que se fez na Avenida Paulo VI, para que nos vinte a trinta metros que antecedem as passadeiras possa ter essa grelha facilitando assim a visibilidade. -----

----- Relativamente ao desperdício de água disse que se trata de um problema de há muito, referindo que o depósito do centro de saúde é ainda um vaso de expansão, o que quer dizer que, com as condições atuais da rede, este não pode deixar de deitar água fora, porque poderá acontecer uma de duas coisas: ou começa a deitar água no Cré (Boiças/Anteporta) ou então rebentam as condutas em Rio Maior. Disse que por mais que custe este desperdício não se pode correr o risco de ter danos gravíssimos nas condutas. Referiu que existem uma série de projetos em desenvolvimento no sentido de corrigir esta situação e outras tantas que existem, e que para se conseguir solucionar o problema com medidas corretivas na zona do depósito, serão precisos um milhão e duzentos mil euros. -----

----- Quanto à segurança rodoviária considerou que a sinalização vertical na cidade já é demasiada chegando já a poder-se considerar poluição visual, mas reconhece que alguma sinalização de passadeiras pode ser melhorada e até algumas delas recolocadas. -----

----- Informou que a numeração de polícia não está ainda concluída na freguesia de Rio Maior nem em mais nenhuma freguesia do concelho, sendo este um trabalho em curso e que se continua a desenvolver. -----

----- Sobre a questão da água da Vila da Marmeleira e Assentiz disse que a falta de pressão em algumas zonas da Vila da Marmeleira é um problema com o qual terá que lidar, em menor escala do que acontecia antes da última intervenção que, mesmo sendo um grande investimento, não resolveu 100% dos problemas existentes. Deu ainda conhecimento que existe uma intervenção programada para a Vila da Marmeleira que prevê um depósito elevado e um depósito apoiado, em que o depósito elevado abastecerá as zonas mais baixas da vila para que a sua diferença de cota seja suficiente para garantir pressão e o depósito apoiado garantirá o fornecimento às zonas elevadas através de uma bomba hidropressora, garantindo, assim, condições de pressão. Disse



que a intervenção tem já o projeto concluído e custará cerca de vinte e três mil euros. Acrescentou ainda que outra das situações a resolver naquela união de freguesias é a pressão de água nas zonas mais altas de Assentiz, dizendo que neste momento é impossível pressurizar a rede de Assentiz porque embora seja relativamente barato de fazer, as condutas existentes em fibrocimento com trinta ou quarenta anos não aguentam introduzir muito mais pressão a jusante do depósito e o que acontecerá é que as mesmas irão rebentar toda a canalização, em especial nas zonas baixas. Deu conta que para sanar esta situação terá que se reformular toda a canalização da aldeia de Assentiz. -----

----- Quanto ao ponto de situação dos fogos e da prevenção disse que de todos os autos levantados pela Guarda Nacional Republicana (GNR), sejam os levantados numa ótica mais pedagógica e depois aqueles com mais ação punitiva, cerca de 50% tiveram cumprimento voluntário e os restantes estão a ser notificados por não terem procedido à limpeza, dando-lhe mais um prazo para o fazer sob pena de câmara o fazer a custas dos proprietários. Reafirmou que será impossível para este ou qualquer outro município proceder a 100% das limpezas que estejam na sua obrigação legal porque não haverá recursos financeiros, recursos materiais e nem sequer empresas do setor com essa disponibilidade, cabendo assim ao município ser discricionário ao ponto de identificar, em parceria com os bombeiros e com o gabinete técnico florestal as zonas de maior perigosidade e intervir. Informou ainda que estão a ser feitos briefings quinzenais com os presidentes de junta e com o comando dos bombeiros, onde se faz a avaliação do dispositivo de combate a incêndios rurais, e também realizada uma formação para os presidentes de junta onde foi fornecido equipamento de identificação individual e rádios de comunicação, para que num teatro de operações possam ser elementos úteis e uma fonte de resolução de problemas. Disse ainda que a câmara adquiriu agora um trator novo para a cisterna, um veículo de apoio logístico especial, com a intenção de dar uma resposta mais ágil aos bombeiros e mais operacional, o que sem este meio seria mais complicado. -----

----- Para concluir disse que em relação aos choupos a câmara tem um parecer da Sociedade Portuguesa de Alergologia onde diz que a situação é efetivamente incómoda, mas que não tem nenhuma componente alérgica, mas reconhecendo esse incómodo o Município de Rio Maior tem já um plano de substituição dessas árvores na cidade. -----

----- **Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Sobre a supressão do transporte das 16 horas para as crianças disse que já anteriormente houve intenção de suprimir o transporte das 15 horas 30 minutos para alguns centros escolares e das 16 horas para outros, que o único que se faz às 16 horas é o de São João da Ribeira. Referiu ainda que nessa altura foram suprimidos e que já anteriormente tinham sido suprimidos outros transportes, nomeadamente na cidade permanecendo os horários das 8 horas 30 minutos para a chegada aos centros escolares e o regresso às 17 horas. Lembrou ainda que Alto da Serra, Fonte da Bica, Pé da Serra, Mata de Baixo, Azinheira, Quintas, Vale de Óbidos, Asseiceira, entre outras, nenhuma destas localidades tem transportes às 16 horas 30 minutos, tratando-se, por isso, de uma questão de equidade, realçando também que está estudado e monitorizado que a diferença entre a hora de chegada dos meninos que chegam a Assentiz, por exemplo, e que saem às 16 horas de São João da Ribeira e aqueles que partem às 17 horas e 30 minutos do mesmo sítio é de 10 minutos entre elas, porque os circuitos das 16 horas são muito mais longos. -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Interveio para alertar que não foi dado qualquer esclarecimento acerca dos critérios utilizados para escolha das pessoas inseridas em programas e que vão desempenhar funções nas escolas. -----

----- **Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Relativamente a esse assunto informou que essas pessoas passam por uma avaliação prévia feita pelos serviços de recursos humanos da câmara e acrescentou que nem sempre se consegue fazer uma avaliação profunda na primeira abordagem e que nem sempre com a postura inicial coincide com o desempenho no local. Já aconteceu algumas vezes e as pessoas são de imediato retiradas, agradecendo o facto de ter comunicado o que se passou porque a câmara desconhecia esta situação por completo. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Documentos de prestação de contas da Comunidade Intermunicipal dos Municípios da Lezíria do Tejo (CIMLT) - 2017** -----

----- **Assunção de Compromissos Plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 3)** -----



----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Solicitou informação acerca dos compromissos plurianuais designadamente onde refere a aquisição e instalação de equipamento de iluminação pública à empresa Canas e se o valor apresentado tem a ver com o projeto das LEDs ou se se trata de outra situação. -----

----- Acerca dos valores para a Flora Garden, Lda disse que gostaria de deixar registado que isto tem a ver com conservação e manutenção de espaços verdes na zona urbana de Rio Maior e que este valor global para três anos de cerca de 200 mil euros só para a limpeza e manutenção de zonas verdes no perímetro urbano é um projeto com o qual a CDU não concorda. Reafirmou que a CDU entende que é através deste tipo de atitudes e através deste tipo de gestão que se vê a sua marca distintiva porque defendem a administração direta, com trabalhadores da autarquia, operários, jardineiros, calceteiros, cujos ordenados contribuiriam para o desenvolvimento local, realçando que em estudos feitos em Portugal, a administração direta, neste tipo de serviços, daria uma poupança de cerca de um terço face a estes mesmos serviços externalizados. Afirmou ser esta a posição da CDU e que se a Senhora Presidente o quiser pode esclarecer ou pormenorizar melhor qual a razão desta decisão. -----

----- **Vereador Luis Filipe Santana Dias** -----

----- Quanto ao valor previsto para a empresa Canas, está efetivamente relacionado com o projeto de iluminação LED, sendo que as luminárias vão ser adquiridas à empresa Schneider e será a empresa Canas que as colocará, sendo este pagamento referente à execução desse serviço. -----

----- Quanto à manutenção dos espaços verdes, informou que terminou há pouco tempo o contrato que existia com a empresa Ambinatura, empresa que fazia a limpeza e a manutenção dos espaços verdes, e foi feito novo concurso público, sendo que os duzentos mil euros representam cerca de cinco mil euros mês, aproximadamente, para a manutenção de todos os espaços verdes da cidade de Rio Maior. Afirmou que esta é uma questão ideológica e que, por isso, não há discussão neste âmbito e que muito dificilmente estarão os dois do mesmo lado a defender este tipo de situações. Considerou que cinco mil e quinhentos euros por mês para a manutenção dos espaços



verdes da cidade de Rio Maior não é um valor exagerado e que a informação de que este serviço por administração direta custa um terço pode levantar alguma dúvida porque quando se faz essas contas e só se contabiliza os ordenados fica sempre aquém da realidade porque todo o equipamento e recursos necessários para proceder a esse tipo de trabalho, a câmara municipal o não tem. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – RM Investe – Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, acrescentando que a proposta de deliberação é no sentido de aprovar o projeto de regulamento RM Investe – Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Disse que este regulamento foi alvo de apreciação pública, tendo daí resultado a alteração da sua designação e que este acaba por ser mais um contributo da gestão da Câmara Municipal para a promoção do desenvolvimento económico do seu concelho. Considerou que ao regulamentar os meios pelos quais o município pode apoiar a fixação e captação de empresas, bem como a criação de novas empresas, se está a criar condições de igualdade, transparência, credibilidade e segurança jurídica que certamente favorecem o investimento e a competitividade do concelho, porque as relações de confiança ficam facilitadas quando não existem dúvidas, sendo esse um aspeto essencial na tomada de decisão dos investidores. Acrescentou que este passo tem um significado e ao mesmo tempo um conteúdo relevantes para o desenvolvimento económico do concelho. Concluiu deixando a ressalva que a existência deste regulamento é de facto uma condição necessária mas não deve ser entendida como uma condição suficiente para a captação do investimento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 26 votos a favor (26 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Pese embora valer sempre mais tarde do que nunca, devemos refletir sobre qual teria sido o desenvolvimento do concelho caso existisse ad início uma política clara e



transparente de incentivos fiscais e outros amiga das empresas e das pessoas, pelo que a CDU ao longo destas décadas tem vindo a alertar para a necessidade de implementação de políticas exatamente desse tipo, claras, para o desenvolvimento e para o incentivo e afixação das empresas no concelho. Como tal, e como disse no início, valendo mais tarde do que nunca votamos a favor e estamos de acordo com este regulamento.” -----

----- **Ponto II – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2017**

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata de apreciar e aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas referentes ao ano de 2017 nos termos n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2015 de 03 de Setembro (RFALEI). -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 19 votos a favor e 7 abstenções dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, Filipa Isabel Santos Ramos Campos, Mário João das Neves Flores, Jorge Henrique Marcelino Paiva, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e Paulo Manuel dos Santos Colaço (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa**

que se transcreve na íntegra: -----

----- “O perímetro de intervenção da CDU nos planos de atividades e orçamentos nunca foram da responsabilidade plena ao nível do executivo. A geometria da responsabilidade é portanto variada entre vereadores e a presidente. Como o documento, pese embora não apresente dúvidas técnicas e específicas, abstermo-nos, realçando que é um documento decorrente de orçamentos e planos que nós nunca votámos favoravelmente.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na

íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “A razão do nosso voto prende-se com o seguinte: A verificação de concordância entre relatório de gestão e demonstração financeira consolidada é meramente técnica, é uma operação meramente técnica. Diz o senhor revisor oficial que não foram



identificadas incorreções materiais, aqui ficamos todos tranquilos, nada a apontar. Isto para dizer que a fiscalização técnica deste documento quanto a possíveis distorções, ou desconformidades, são da competência do revisor oficial que o elaborou e do Tribunal de contas que o há-de fiscalizar, a nós, aqui nesta câmara, compete outra coisa, a nós compete a fiscalização e discussão política do mesmo, se assim não fosse nem valia a pena o documento vir aqui. Sendo uma conta o resultado de qualquer coisa, esta conta é o resultado daquilo que foi prometido fazer, daquilo que foi planeado fazer em sede de orçamento e daquilo que foi efetivamente executado, e este é o resultado de todo esse trabalho, e isto, e só isto, é que é da nossa competência, apreciá-lo politicamente. Apreciação e fiscalização compete-nos efetivamente a nós mas no campo estritamente político, ou seja, estamos a apreciar e votar um documento que é o resultado das vossas opções, o resultado da vossa decisão da forma como foi gasto o dinheiro público, como nos ensina Paul Samuelson, grande economista norte-americano, as opções de gastar “em canhões ou manteiga” foi vossa, opções que respeitamos por isso não votamos contra, respeitamos obviamente as vossas opções, mas não é seguramente as nossas opções, daí a nossa abstenção.” -----

----- **Ponto III – 2ª Revisão às Atividades Mais Relevantes e 3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata de aprovar a Modificação Orçamental – 2ª Revisão às Atividades Mais Relevantes e 3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2018. Acrescentou que este documento espelha as opções do executivo na gestão dos destinos do concelho, opções de quem foi eleito e que foram validadas pelo Tribunal de Contas, pelo revisor e ainda pelos riomaiorenses. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 27 votos a favor (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós votamos favoravelmente este ponto e era só para dizer à Senhora Presidente que tal como o executivo tem a legitimidade para apresentar as suas opções, nós temos a legitimidade de quem foi eleito para fiscalizar e nos pronunciarmos acerca das decisões que o executivo tomou.” -----



----- Ponto IV – Declaração de Interesse Público na Beneficiação do Troço do IC2 – Asseiceira-Freires – Suspensão do Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata de reconhecer o interesse público Municipal da obra no IC2/ EN1 – Beneficiação entre Asseiceira (km 65 + 200) e Freires (Km 85+500) no âmbito da proposta de suspensão do POPNSAC. Disse tratar-se de um pedido que foi feito pela Diretora do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros no sentido de que também o Município de Rio Maior declarasse o interesse nesta obra e assim ser possível intervenção necessária. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável mas referindo que não tendo nada contra esta proposta a CDU tem compromissos claros com aqueles que os elegeram no que se refere à questão do Nó da Asseiceira. Continuou dizendo que, no entender da CDU, este documento reflete que a câmara não usou na negociação deste documento que apresenta, todo o poder que deveria ter usado para que transparecesse um maior benefício para Rio Maior, ou seja, o acesso a Rio Maior através do Nó de Vale do Óbidos deveria vir aqui explanado. Afirmou que a CDU continua a exigir a abertura do Nó e acha até que a situação não é tão complicada é preciso é força política para exigir, dizendo desde logo, que se precisarem da CDU podem contar com isso. Considerou que no entender da CDU este é que seria um desenvolvimento sustentado para o concelho e acrescentou que da análise do documento e da verificação dos trabalhos conclui-se que neste projeto Rio Maior continua a não ser visitado pelas pessoas e apesar de estar bem colocado, não tem acessos diretos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal -----

----- Interveio apenas para referir que aquilo que está em discussão e será colocado a votação é declarar o interesse público municipal de uma intervenção que vai acontecer no IC 2/EN 1. Considerou que a intervenção anterior deveria ter sido feita no período antes da ordem do dia e aconselhou até que a posição descrita pudesse ser passada a escrito e remetida para que possa ser usada aquando das negociações do orçamento geral do Estado, nomeadamente pelo deputado da CDU na Assembleia da República. -

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 27 votos a favor (27 presenças). -----



----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão.-

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (27 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor João Narciso Verde da Costa – Vale de Óbidos – Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir ao registo do património do bairro social de Vale de Óbidos, explicando que existem seis casas, três delas já registadas e outras três que ainda continuam por registar em nome dos legítimos proprietários. Disse que ao que sabe o Município pagou todas as suas obrigações ao Instituto da Habitação desconhecendo no entanto se os outros três moradores fizeram ou não esse pagamento. Afirmou que o Município tem estado a fazer algum esforço no sentido de regularizar a situação e solicitou que, por intermédio do Presidente da Assembleia Municipal, pudesse ser indagado junto do Executivo Municipal no sentido de resolver de uma vez por todas o problema do bairro social de Vale de Óbidos. -----

----- **Senhor Clemente Santos – Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir a duas situações que têm gerado alguma preocupação no concelho, designadamente um prédio em Rio Maior em risco de queda na Rua Jornal Riomaiorense e a permanência da grua junto à Escola Fernando Casimiro. Relativamente à primeira disse que a situação já foi comunicada ao município e à proteção civil e que se trata de um prédio onde habitam vinte e oito famílias, fazendo votos que se possa resolver o mais rápido possível. Quanto à segunda situação diz que já é um alerta recorrente acerca da permanência da grua existente num prédio que ficou inacabado e está a degradar-se ao pé da Escola Fernando Casimiro e que, a qualquer momento, pode cair. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----



----- Solicitou que pudesse ser dada a palavra aos Vereadores da Câmara Municipal com as áreas para os devidos esclarecimentos. -----

----- **Vereador João Antônio Lopes Candoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Referiu que atualmente os problemas mais graves no que respeita à legalização dos bairros sociais é em relação ao de Vale de Óbidos e ao da Azinheira e adiantou que existe, neste momento, uma perspectiva de se conseguirem resolver a curto prazo. Lembrou que se trata de problemas que se arrastam há décadas e que não são de fácil resolução. -----

----- Relativamente à questão da grua informou que os serviços estão a reanalisar a situação porque em momento anterior foi feito um relatório em que dava conta da inexistência de risco de queda e que, por isso mesmo, será agora elaborado novo relatório para se verificar quais as reais condições atuais para se atuar em conformidade. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Vereador Luis Filipe Santana Dias, a seu pedido, para que este possa fazer uma breve explicação acerca do cartão entregue aos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Vereador Luis Filipe Santana Dias** -----

----- Explicou que todos os cartões entregues, para além de ser um cartão de identificação de membro da assembleia, são também cartões de uso das RM Bikes, com um ano de utilização gratuita para que possam ser promotores deste projeto junto da população. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezasseis horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** _____